



Doci e o Olho do Tempo: história de compromisso

18 DE MARÇO DE 2016 / INCUBADORA CULTURA VIVA / 0 COMMENTS

Mestra Doci abriu, em 2004, a Escola Viva Olho do Tempo. Ponto de Cultura, a entidade tem capacidade para atender 150 crianças e adolescentes, de 6 a 17 anos (Foto: Penhinha Teixeira)

A capoeira é uma das atividades realizadas no Ponto de Cultura (Foto: Divulgação)

No dia em que Maria dos Anjos Mendes Gomes abriu o contracheque e viu que finalmente tinha dinheiro para ir embora, ela foi à rodoviária de Salvador e perguntou ao despachante: “Qual o lugar mais calmo do Nordeste?” “João Pessoa. Só

tem ônibus pra lá duas vezes por semana e ele vai vazio”, respondeu o homem. Ela tinha pensado em ir para o Maranhão, sabia que lá havia um projeto interessante numa universidade, mas foi ali mesmo, diante do balcão da rodoviária, que decidiu seu destino: Paraíba.

“Comprei a passagem e fui pra casa com aquela bomba-relógio dentro de mim. Minha mãe quase morreu. Meu pai perguntou: ‘É o que você quer? Se é, então vá com Deus’. E fui embora pra João Pessoa, sem conhecer ninguém”, lembra a mestra contadora de histórias, que já foi Maria, Mara, Lia, Dos Anjos, Dusa e, ultimamente, atende mais por Doci. “Coloquei num papel todos os nomes por que me chamavam e sorteei. Deu Doci”, justifica.

Doci por conta de um papelzinho, baiana por conta da cegonha e paraibana desde o dia em que entrou naquele ônibus, em 1979, a fundadora do Ponto de Cultura Escola Viva Olho do Tempo faz, há mais de uma década, um belo trabalho no Vale do Gramame, na área rural de João Pessoa. É referência para muita gente, querida e respeitada na região. Poderia, no entanto, ter construído a vida em qualquer outro lugar. “Eu tinha um compromisso comigo mesma”, conta. “Sempre soube que não morreria no lugar onde nasci.”

A carta

Nascida e criada na região de Alagados, em Salvador, mais velha de oito filhos, ela ainda era menina quando ouviu da mãe que “pobre não sonhava tanto”, que tinha era que trabalhar em vez de ficar lendo Castro Alves. Como não podia reclamar com a mãe, escreveu numa carta seu plano de vida. Disse para a mãe que lhe daria 15 anos, que ela fizesse o que quisesse dela nesse tempo, mas que depois iria embora, inclusive para ensinar a meninas como ela que sonhar era preciso. Escreveu, mas não entregou. Guardada dentro de um livro, a carta acabou esquecida.

Doci tinha uns 13 anos quando escreveu seu plano de vida. Logo em seguida, pediu ao pai, barbeiro, que lhe ensinasse a sua arte para que ela pudesse ganhar dinheiro e continuar com os livros. Demorou um pouco a convencê-lo (“Era um ofício masculino e eu estava ficando mocinha, ele achava que eu teria problemas”), mas conseguiu. Em casa mesmo, ela cortava cabelos dos meninos aos sábados e domingos. Durante a semana, seguia estudando. “E assim fiz universidade, passei em concurso público. Um dia, recebi meu contracheque e vi que estava rica. Aí me sentei lá no Campo Grande e veio aquela intuição: ‘Olha, agora você pode ir embora.’”

E ela comprou a passagem e foi para João Pessoa sem conhecer ninguém. Para a mãe, disse que ia estudar. Formada em Letras pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), matriculou-se num curso de educação de adultos logo que chegou à capital paraibana. Fez mestrado, mandou o título para a mãe. Com o dinheiro que havia juntado, comprou parte de uma escola, chamada Catavento.

Trabalhar com crianças era tudo o que queria, embora tivesse feito mestrado na área de educação de adultos. “Não sou boa com velhos”, ri a mestra. “Não sei lidar com velho, não, prefiro rabujada de criança. Criança é tudo de bom. E velho junto de menino é a melhor coisa que existe. Eles te puxam pra vida, te mostram o mundo. É a coisa mais linda. Minha missão é cuidar das crianças para que elas sejam pessoas melhores. Melhores para elas mesmas, porque assim o mundo ganha.”

A missão

Quando chegou a João Pessoa, Doci foi morar no bairro Castelo Branco. Depois se mudou para Bancários. E ali foi fazendo a vida, comprou casa, carro, terreno. Um dia, lá pelos 50 anos, encontrou em casa um daqueles livros baratinhos que lia quando adolescente na Bahia. “Abri o livro e lá estava a carta. Olhei pra ela, ela olhou pra

mim, olhei pro céu e pensei: ‘Vixe Maria, que responsabilidade de vida’. Porque palavras ditas ao tempo são palavras que precisam ser respeitadas, né?”

Docí sabia que tinha ainda uma missão a cumprir. “Decidi vender tudo e procurar um lugar onde houvesse crianças parecidas com as da minha infância”, conta. Acabou encontrando o que buscava no Vale do Gramame, entre os municípios de Conde e João Pessoa. A área não era das melhores, cheia de buracos, mas tinha algo que era muito caro à mestra: nascentes. “Olhos d’água”, como ela diz. Como o que havia em Alagados, antes de um político convencer a população da região de que eles deviam aterrar o mar e construir suas casas em terra firme, não em palafitas.

“Foi um dos piores momentos da minha existência”, recorda Docí. “Eu me criei correndo em cima de ponte, pra cima e pra baixo, caindo muitas vezes dentro d’água. Quando aquele político resolveu que devíamos ‘entulhar’, todo o lixo da cidade de Salvador foi pra lá. (...) Foi muito violento ver matarem o olho d’água. Era ali que eu pensava na vida, me alegrava e me desesperava. Eu contava minhas histórias para aquele olho d’água, que secava e enchia junto com a maré. E ajudei a aterrar aquele lugar, que era tão vital pra mim.”

Quando encontrou os olhos d’água no Vale do Gramame, ela viu uma oportunidade de quitar seu “débito com o cosmos”. E decidiu cuidar daquelas nascentes (existem oito no terreno que comprou) para que elas pudessem alimentar muito mais gente. “Ali eu vi que tinha dois compromissos na vida: um com a natureza, outro com a natureza humana”, afirma. Ali ela viu que tinha que ensinar às pessoas que sonhar é preciso, que é algo inerente ao ser humano. E que transformação não vem de fora. “É pessoal e intransferível”, ressalta. “Como dizia minha avó, não escolhemos o lugar onde nascemos, mas podemos escolher onde morrer. E entre nascer e morrer, passa muita água. Por isso, aprenda a nadar e vá embora. É assim que você faz sua transformação.”

Os sonhos

Em torno dos olhos d’água nasceu a Escola Viva Olho do Tempo (na razão social, Congregação Holística da Paraíba), associação sem fins lucrativos que, desde 2004, desenvolve ações com os moradores de oito comunidades da região. Com capacidade para atender 150 crianças e adolescentes, de 6 a 17 anos, a escola, que é Ponto de Cultura desde 2013, procura despertar nos moradores do entorno o direito de sonhar, o sentimento de pertencimento ao seu espaço, a religião com a natureza, a valorização dos bens naturais e culturais, a busca pelo autoconhecimento.

O trabalho começou com rodas de conversas nas comunidades, onde as pessoas tinham muitas necessidades e poucos sonhos. Um grupo de mulheres, homens e crianças se reunia duas ou três vezes por mês para falar da vida, para ler, para pensar junto, “numa construção coletiva do fazer, do ter cuidado com a gente para poder cuidar do outro”, como diz a mestra.

Ali, no “início e no fim do mundo”, ao lado das áreas remanescentes de quilombos, perto da estrada por onde todos passam para ir embora, aos poucos eles foram construindo os dois prédios da escola. E aos poucos foi se construindo um projeto. “Eu me sentei ali e disse: ‘Vamos fazer o que vocês querem’. Vieram os jovens, as crianças, e eu perguntava: ‘Quer fazer o quê?’ ‘Ah, informática’ ‘E você?’ ‘Quero jogar xadrez’. E assim começamos a escola. Com esses fazeres, com esses desejos”, conta. Muitos dos meninos que lá começaram participando das atividades logo se tornaram jovens educadores sociais. E hoje são responsáveis por formar os meninos que ali chegam. “Eles não sabiam nada das teorias e eu trabalhava com eles os pensadores, sem que eles soubessem os nomes. Cinco, seis anos depois, uma delas foi fazer uma

pesquisa e chegou em Paulo Freire. E veio me perguntar: ‘Mas então o que você está fazendo aqui é Paulo Freire?’ ‘É’. E aí eles começaram a estudar Paulo Freire, depois de uns tantos anos de prática”.

Os mestres

Ação griô foi outra pedagogia que tinha tudo a ver com o que eles faziam. “Aí eu tive que lidar um pouco com os velhos”, brinca Doci, que é representante da Comissão Nacional de Griôs e Mestres. Ajudar a construir a Lei Griô nacional, segundo ela, foi uma das coisas mais importantes que fez na vida. “É nisso que acredito, no ir lá e conversar com o mestre, trazer o mestre pra casa, sem intermediários”, afirma. “Fizemos coisas lindas aqui. E sempre no quintal dos mestres, para que as crianças saibam que hoje são crianças e amanhã serão velhos. E que podem ser uns velhos melhores”. Os griôs são os guardiões da memória da história oral de um povo ou comunidade.

Hoje a escola tem um museu, uma estação digital, um projeto de ecoturismo, outro de reflorestamento, um grupo de percussão com 63 crianças e adolescentes, aulas de dança, de capoeira, e algumas atividades que variam conforme o calendário. No primeiro semestre de 2015, eles fizeram uma “gincana de pé”, para “pensar com os pés”, para trabalhar o ganhar e o perder jogando futebol, bola de gude, peteca, corda, amarelinha. Agora, é a vez do campeonato mental, de trabalhar o ler, o pensar e o escrever.

“A gente trabalha muito com a potência do sonho de cada um”, reforça a mestra. “Porque é o sonho que mantém as pernas no chão. É preciso olhar os pés e olhar o céu. Entre o céu e a terra está você, com o coração batendo. O coração está no meio, jogando o sangue para a cabeça e para os pés”.

Ednaldo Santos, por exemplo, era um menino que, nas rodas de conversa, sempre falava do sonho de ser bailarino. Quando entrou na Olho do Tempo, ele tinha 6 anos. Hoje, aos 12, é aluno da Escola do Teatro Bolshoi, em Joinville (SC). Assim como ele, há vários ali que vêm realizando seus desejos, seja aprendendo, seja ensinando. Tem menino que virou músico, professor de matemática, de física... Alguns, inclusive, têm seus empregos e atuam hoje como voluntários na instituição.

“É uma gestão realmente compartilhada”, destaca Doci. “Se a menina que varre o chão disser que o que estou dizendo não serve, não serve. Eu vou defender minha opinião, porque acho que é minha missão fazer com que ela pense e desafie alguém maior do que ela. Vou até as tripas dela darem um nó. Depois a gente vai pro beijo e pro abraço. Entrego a batuta pra ela e vou embora”.

Doci vendeu tudo o que tinha para cumprir seu compromisso com o tempo. Sorteou um nome para usar nessa vida que recomeçou aos 50 anos e diz que não reclama de nada não. “A vida é uma coisa boa. É uma dádiva maravilhosa reencontrar as pessoas, poder resolver coisas, poder dar um abraço. É assim que penso. Construí esse patrimônio maravilhoso, mas ele não me pertence. Minha família sabe que isso pertence ao tempo. E é o tempo que vai gerenciar isso quando eu subir minha ladeira”.

Leia mais:

[Pontos e Pontões de Cultura de A a Z](#)

[No Ludocriarte, todo mundo brinca em serviço](#)

Teresa Albuquerque

Ibercultura Viva

Fonte: www.cultura.gov.br



Reunião sobre o Fórum Estadual dos Pontos de Cultura do RS

16 DE MARÇO DE 2016 / INCUBADORA CULTURA VIVA / 0 COMMENTS

No último final de semana, entre os dias 11 e 12 de março, o diretor da Cidadania e da Diversidade Cultural Alexandre Santini esteve em Porto Alegre pra participar de uma agenda com a Secretaria Estadual de Cultura e com a Comissão Estadual dos Pontos de Cultura. O objetivo da viagem era definir a data e parte da programação do Fórum Estadual dos Pontos de Cultura do Rio Grande do Sul preparatório ao Fórum Nacional dos Pontos de Cultura que acontece na Teia.



Fonte: Secretaria de Cidadania e Diversidade

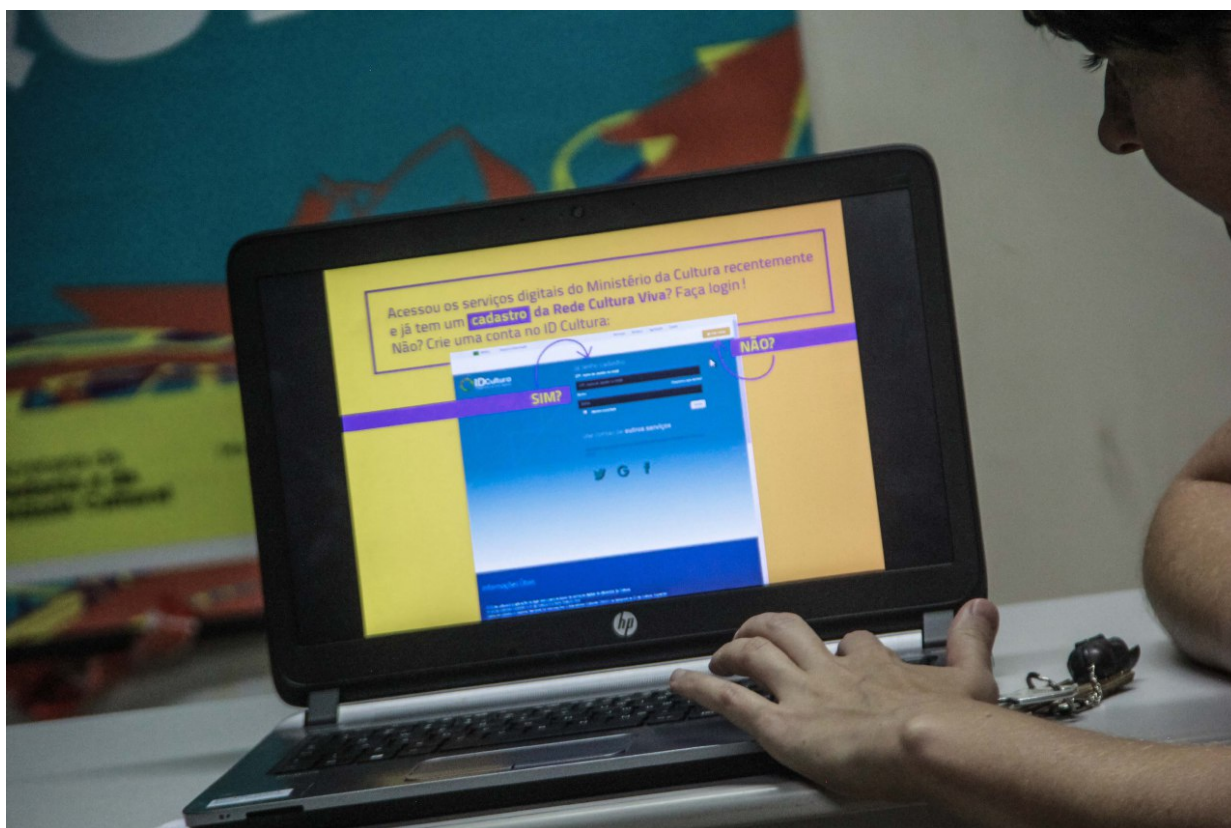


Declare seu Ponto de Cultura!

Declare seu Ponto de Cultura! Entre para a Rede Cultura Viva



Até 16 de abril será divulgada nova leva de Pontos de Cultura



Publicado em [14/03/2016](#)

A Comissão de Certificação Simplificada dos Pontos e Pontões de Cultura se reuniu em Brasília entre os dias 1 e 3 de março com o objetivo de avaliar as primeiras solicitações de entidades ou coletivos culturais para a certificação. Após um processo de debate, análise e pactuação entre a comissão presente, a resolução foi a finalização da avaliação a partir de aprimoramentos na ferramenta e do contato com os grupos inscritos para resolução de diligências.

Durante as análises das propostas foi verificado pela comissão a necessidade de inclusão de critérios mais específicos para os coletivos culturais. Ficou instituído que as organizações culturais sem formalização jurídica necessitarão incluir no momento do cadastro uma Carta de Autorização de Coletivo sem Constituição Jurídica indicando o responsável pelo cadastro é também o responsável pelo coletivo, bem como a constituição dele. O documento deverá conter ao menos 5 assinaturas. Cartas de recomendação com poucas referências também serão diligenciadas para que os grupos enviem novas cartas.

Todas as modificações propostas foram pactuadas entre a comissão, registradas e sistematizadas com o objetivo de aprimorar o processo de Certificação Simplificada proposto na Lei Cultura Viva ([Lei 13.018/2014](#)).

Os grupos que enviaram pedidos de certificação entre o período de 4 de outubro de 2015 à 20 de fevereiro de 2016 receberão o retorno sobre a certificação até o dia 16

de abril. O processo de certificação será permanente, outra comissão será convocada nos próximos meses para a avaliação das propostas enviada após 20 de fevereiro.



Reunião com diretor dos grupos de dança da FURG e ICV

14 DE MARÇO DE 2016 / INCUBADORA CULTURA VIVA / 0 COMMENTS

Na tarde desta segunda-feira (14/03) foi realizada uma reunião com o Alex Almeida, diretor/coordenador dos grupos de dança Kiriann e Gênesis para tratar de futuras ações junto à Incubadora Cultura Viva para este ano.



Pontos e Pontões de Cultura de A a Z

14 DE MARÇO DE 2016 / INCUBADORA CULTURA VIVA / 0 COMMENTS

Ponto de Cultura Olho do Tempo em João Pessoa (PB) (Foto: Thiago Nozi)

Ponto de Cultura Fanti Ashanti em São Luís (MA) (Foto: Divulgação)

Você sabe o que é um Ponto de Cultura? Qual é a diferença deste para um Pontão de Cultura? Qualquer entidade cultural pode ganhar tais certificações do Ministério da Cultura (MinC)? Quais são os temas por eles desenvolvidos? Como eles se mantêm? Esses são alguns dos questionamentos que surgem sempre que a Política Nacional de Cultura Viva é colocada em pauta.

Pontos de Cultura são entidades sem fins lucrativos, grupos ou coletivos com ou sem constituição jurídica, de natureza ou finalidade cultural, que desenvolvam e articulem atividades culturais continuadas em suas comunidades ou territórios. Já um Pontão de Cultura é uma entidade cultural ou instituição pública de ensino que articula um conjunto de outros pontos ou iniciativas culturais, desenvolvendo ações de mobilização, formação, mediação e articulação de uma determinada rede de Pontos de Cultura e demais iniciativas culturais, seja em âmbito territorial ou em um recorte temático e identitário.

Os Pontos e Pontões de Cultura fazem parte Política Nacional de Cultura Viva, regulamentada em abril de 2015. A nova lei traz novidades que visam estimular e fortalecer ainda mais essa rede de gestão cultural. Desde a sua instauração, artistas, coletivos e instituições podem, por meio de uma certificação simplificada, autodeclarar-se como Ponto ou Pontão de Cultura. Até então, apenas as iniciativas fomentadas pelo ministério ganhavam tal certificação. O processo, no entanto, não dá a eles o direito ao recebimento de recursos, mas garante uma chancela institucional que pode ser importante para a obtenção de apoios e parcerias, permitindo ainda uma articulação com os demais Pontos da rede.

Não há um modelo único de Pontos e Pontões de Cultura, seja de instalações físicas, seja de atividade ou programação. Eles podem tanto ser instalados tanto em uma casa, quanto em um grande centro cultural. A proposta é que sejam realmente pontos de cultura dentro de uma comunidade, isto é, um local para a prática, o aprendizado e a vivência da cultura. Um aspecto comum a todos é a transversalidade da cultura e a gestão compartilhada entre poder público e comunidade.

“O programa vem para financiar e apoiar grupos culturais que trabalham com a cultura para além da produção cultural tradicional, em sua versão mais antropológica. Nós apoiamos pequenos grupos culturais que são irradiadores não só de cultura, mas também de cidadania e de inclusão”, explica a secretária da Cidadania e da Diversidade Cultural do MinC, Ivana Bentes.

Capilaridade e visibilidade

A Política Nacional de Cultura Viva é uma das iniciativas com mais capilaridade e visibilidade do Ministério e registra mais de 4,5 mil iniciativas em todo o País, presentes em mais de mil municípios do Distrito Federal e dos 26 estados brasileiros. As ações da política reúnem cerca de 8 milhões de pessoas, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia são os que mais concentram Pontos de Cultura.

“Eu brinco que o Cultura Viva são os médicos cubanos do MinC, porque é um programa que está hipercapilarizado e chega na menor cidade que se pode imaginar”, afirma Ivana.

Entre os principais beneficiários e protagonistas do Cultura Viva estão a juventude e os grupos tradicionais, alcançando a produção cultural que vem das periferias e do interior do Brasil, passando da cultura digital às tradições dos povos indígenas. A política contempla iniciativas ligadas à cultura de base comunitária, indígenas, quilombolas, de matriz africana, economia solidária, produção cultural urbana e periférica, cultura digital, cultura popular, abrangendo todos os tipos de linguagem artística e cultural, como música, artes cênicas, cinema, circo e literatura, entre outras.

Uma das metas do Plano Nacional de Cultura, instituído em 2010, é o fomento de 15 mil Pontos de Cultura até 2020. Para o alcance dessa meta, entretanto, é fundamental uma ampla mobilização da sociedade, e cabe ao MinC justamente promover condições para mapear, reconhecer, dar visibilidade e estimular intercâmbios e trocas em rede entre essas iniciativas culturais de todo o País. Foi neste contexto que nasceu a Lei Cultura Viva.

A nova legislação, além de garantir a continuidade do programa ao torná-lo política de Estado, e fomentá-lo com adoção da autodeclaração, desburocratizou os processos de prestação de contas e o repasse de recursos para as organizações da sociedade civil. Isso porque os Pontos e Pontões de Cultura podem receber apoio financeiro por meio de editais públicos do governo federal, estados e municípios. Além de prêmios e bolsas como instrumentos de fomento, após a adoção da lei, eles passaram a contar com o Termo de Compromisso Cultural (TCC) – mecanismo simplificado que substituiu os convênios na parceria entre o Estado e os Pontos e Pontões de Cultura, adequando-se à realidade dos agentes culturais e atrelando a prestação de contas à eficiência do trabalho e ao cumprimento do objeto, e não mais a questões meramente burocráticas, que costumavam emperrar o funcionamento da rede.

Os Pontos e Pontões de Cultura selecionados a fomento terão projetos culturais aprovados por, no mínimo, 12 meses e, no máximo, três anos, renováveis mediante avaliação das metas e resultados apresentados. Os repasses para Pontos de Cultura via TCC têm um valor total máximo de até R\$ 360 mil, com parcela anual de até R\$ 120 mil. Já os recursos destinados aos Pontões de Cultura não devem ultrapassar o valor total de R\$ 2,4 milhões, sendo o valor da parcela anual de até R\$ 800 mil. Vale destacar que esses são os tetos dos repasses oferecidos. Na prática, cada edital oferta um montante específico.

Cases de sucesso

Para mostrar o resultado da Política Nacional de Cultura Viva na ponta, o MinC inicia nesta sexta-feira (11) uma série especial de matérias que irá mostrar o trabalho desenvolvido por Pontos e Pontões de Cultura de todo o Brasil. [Na abertura da série, conheça um local onde todo mundo “brinca em serviço”: o Ponto de Cultura Ludocriarte, em São Sebastião \(DF\), sede de uma brinquedoteca comunitária para atender crianças e jovens de baixa renda por meio do resgate de jogos e brincadeiras tradicionais.](#)

Leia mais:

[No Ludocriarte, todo mundo brinca em serviço](#)

Cristiane Nascimento

Assessoria de Comunicação

Ministério da Cultura



Reunião com representante do NEABI

11 DE MARÇO DE 2016 / INCUBADORA CULTURA VIVA / 0 COMMENTS

No dia 09 de março recebemos a visita da professora Cassiane Paixão do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Índigenas (NEABI)





Reunião geral ICV

11 DE MARÇO DE 2016 / INCUBADORA CULTURA VIVA / 0 COMMENTS

No dia 09 de março foi realizada reunião com a equipe da Incubadora Cultura Viva de pré-produção para a participação no evento 15ª Expocace no município de Tavares.



Visita da Maria da Graça à ICV

11 DE MARÇO DE 2016 / INCUBADORA CULTURA VIVA / 0 COMMENTS

Na tarde do dia 07 de março, recebemos a visita da ativista cultural e representante do Quilombo Macanudos Maria da Graça do Amaral para discutir futuras ações para o ano de 2016 com a Incubadora Cultura Viva.



Relatora da ONU sobre os direitos dos povos indígenas conhece ações do MinC

10 DE MARÇO DE 2016 / INCUBADORA CULTURA VIVA / 0 COMMENTS



Publicado em [09/03/2016](#)

O ministro da Cultura, Juca Ferreira, recebeu, nessa segunda-feira (7), a relatora especial das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas, Victoria Tauli-Corpuz. A relatora visita o Brasil entre 7 e 17 de março para identificar e avaliar as principais questões que os povos indígenas enfrentam no País.

Durante o encontro, Victoria fez uma série de perguntas – que foram da proteção de línguas à demarcação de terras – ao ministro e a dirigentes do Ministério da Cultura (MinC). O objetivo foi entender as ações da pasta em relação aos povos indígenas. Na ocasião, ela destacou que a proteção aos direitos indígenas passa pela proteção aos direitos culturais.



Relatora durante agenda na Câmara Federal. Foto: Paula Moraes

Para exemplificar, a relatora se lembrou de um caso na Noruega em que povos indígenas foram proibidos de pescar em barcos. “O processo usou a cultura como argumento (para liberar a pesca desse modo). A pesca corresponde ao meio de vida deles e está ligada à cultura de subsistência”, explicou.

O ministro Juca Ferreira, que tem a questão indígena como pauta prioritária no Ministério, enfatizou que é preciso apoiar os índios na manutenção de suas tradições e línguas e, ao mesmo tempo, empoderá-los para que possam enfrentar os desafios do século 21. O ministro destacou, ainda, que os povos indígenas passam por um momento difícil, com registros de crimes ocorridos até com crianças indígenas.

Proteção às línguas e tradições indígenas

A presidenta do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Jurema Machado, lembrou que existe um trabalho de reconhecimento e de promoção da tradição indígena no Brasil. Diversos sítios, saberes e expressões indígenas são registrados no Iphan como Patrimônios Culturais do Brasil. Jurema falou ainda sobre aproximação do Iphan com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e o trabalho de valorização dos sistemas agrícolas ligados a povos indígenas.



Povos indígenas pedem reconhecimento do Kuarup como patrimônio imaterial. Fotos de Oliver Kornblitt

Jurema Machado também respondeu pergunta da relatora das Nações Unidas sobre a existência de dados de línguas indígenas. “Há registros na Funai e em universidades brasileiras. Calcula-se a existência de 180 a 270 línguas”, afirmou. A presidenta do Iphan lembrou que o Brasil mantém parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Cultura e a Ciência (Unesco), que prepara mapa de línguas em perigo e a vitalidade de cada uma delas, e reconheceu que os projetos de conservação de línguas indígenas ainda estão aquém do ideal.

Intercâmbios

A secretária da Cidadania e da Diversidade Cultural do MinC, Ivana Bentes, falou sobre o prêmio Pontos de Cultura Indígena, lançado no ano passado. Para ela, o edital significou uma retomada de contato do ministério com povos indígenas e possibilitou um mapeamento de diversas iniciativas culturais. “Recebemos cerca de 800 propostas de projetos culturais de povos indígenas, que tratavam de rituais e do uso de novas tecnologias para manutenção da língua e produção de mídia”, comentou.

O diretor de Relações Internacionais do MinC, Gustavo Pacheco, lembrou que existem ações de intercâmbio com países vizinhos em relação a povos indígenas

situados em espaços de fronteira. “Na Colômbia, por exemplo, há quatro projetos em andamento de territórios sagrados e línguas”, informou. O diretor citou também a existência de um fórum de representantes indígenas no Mercosul, mas reconheceu que ainda há muito a fazer nesse âmbito.

Gustavo Pacheco lembrou também o caso da foto de um casal de índios botocudos, com dorso nu, publicada na fanpage do MinC, que foi bloqueada pelo Facebook. O fato ocorreu em abril do ano passado e serviu como estopim para o desenvolvimento de políticas internacionais para tratar da ação de grandes plataformas digitais que, muitas vezes, resultam na violação de direitos culturais. A censura é vista pelo Ministério como violação à Constituição Federal e a tratados internacionais de promoção e defesa da diversidade cultural.

Por fim, Pacheco citou outras ações pontuais da pasta, como a premiação de indígenas na Ordem do Mérito Cultural e atividades voltadas aos indígenas dentro da programação cultural que será promovida pelo MinC nas Olimpíadas de 2016.

Agenda



Participação da relatora no ritual do Moitará no Memorial dos Povos Indígenas em Brasília. Foto: Acácio Pinheiro/Minc

A relatora da ONU cumpre agenda no Brasil de 7 e 17 de março com o objetivo de identificar as violações aos direitos e as dificuldades enfrentadas pelos indígenas no país. Em setembro, o relatório com as conclusões e as recomendações da relatora deverá ser encaminhado ao governo brasileiro e ao Conselho de Direitos Humanos da ONU. Além da capital, Victoria deverá visitar os estados de Mato Grosso do Sul, Bahia e Pará, territórios que vivem graves crises de violência contra a população indígena.

“A cultura dos povos indígenas é profundamente conectada com suas terras e com o modo de subsistência que fazem deles uma população indígena. A luta do povo indígena é pelo direito de continuarem cultivando seu conhecimento tradicional para proteger as terras às quais pertencem – conhecimento esse que pode salvar a terra da destruição. Nessa relação entre lutas e esperança, prevalece não apenas a luta por suas terras, mas uma conexão com o seu passado, seu presente e seu futuro”, destacou a relatora da ONU.

[Saiba mais da visita de Victoria ao Moitará, projeto do MinC em parceria com FUNARTE e Governo do Distrito Federal.](#)

Com informações de Cecilia Coelho e Cristiane Nascimento
Assessoria de Comunicação
Ministério da Cultura



« OLDER POSTS

NEWER POSTS »

Search form

SEARCH

TÓPICOS RECENTES

[LANÇAMENTO EDITAIS 2016!!](#)